

Para conhecer Pragmática

*Marcos Goldnadel*¹

Resenha de SOUZA, Luisandro Mendes de; PAGANI, Luiz Arthur Pagani. *Para conhecer Pragmática*. São Paulo: Editora Contexto, 2022.

O livro *Para conhecer Pragmática* (2022), editado pela Contexto e escrito pelos professores e pesquisadores Luisandro Mendes de Souza e Luiz Arthur Pagani, chega às livrarias para suprir uma necessidade do público acadêmico. Há pouca publicação sobre Pragmática no Brasil, produzindo uma carência enorme de material de apoio para alunos e professores. A Editora Contexto soube interpretar essa necessidade publicando mais esse volume da série “Para conhecer”, que se caracteriza por apresentar áreas e temas prestigiados da Linguística de modo acessível. Trata-se de livro destinado a alunos de Letras não iniciados e a professores de Linguística responsáveis pelo ensino de Pragmática.

Como obra de acesso ao rico universo de temas e abordagens que caracterizam a Pragmática, o desafio dos autores não foi apenas o de realizar uma seleção de temas representativos, mas ainda o de, diante da quantidade expressiva de contribuições teóricas em cada tema, privilegiar aquelas que, nos debates ocorridos ao longo de várias décadas, se notabilizaram como pontos de inflexão, em torno dos quais orbita grande parte da discussão na área. Considerando que os livros da coleção “Para conhecer” se caracterizam por uma curta extensão (esta obra conta com apenas 159 páginas para percorrer temas de longa tradição na Pragmática) e pelo didatismo, trata-se de tarefa de grande complexidade, que os autores

1 Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

executaram competentemente.

Tematicamente, o livro caracteriza-se por uma amplitude surpreendente para uma obra de curta extensão. O “truque”, por assim dizer, esconde-se no primeiro capítulo, que reúne apropriadamente sob o rótulo “Referência” um conjunto de temas clássicos, como *nomes próprios, dêiticos, demonstrativos, anafóricos, descrições definidas, eventos, expressões adverbiais de referência temporal* e a distinção entre *uso e menção*. Cada um dos demais capítulos trata de tema único. O capítulo 2 aborda *pressuposições*, o capítulo 3, *implicaturas*, e o capítulo 4, *atos de fala*. No conjunto, a obra abarca aquilo que há de central no debate em Pragmática, respeitando o que poderíamos considerar uma máxima editorial da quantidade para obras de introdução a grandes áreas de pesquisa: apresente o maior número possível de fenômenos sob a perspectiva das abordagens mais consagradas. Não resta dúvida de que os autores foram cooperativos com o grande contingente de alunos e de professores carentes de uma obra introdutória didática e abrangente.

Antes de uma apreciação de cada capítulo, é importante chamar a atenção para uma distinção que se estabelece entre, de um lado, os capítulos 1 e 2 e, de outro, os capítulos 3 e 4. As apresentações dos *recursos referenciais* e das *pressuposições*, realizadas, respectivamente, nos capítulos 1 e 2, pela controvérsia em torno desses temas, contam com uma exposição inicial de caráter histórico, recuperando polêmicas que deram origem a debates importantes da área. A partir daí, esses capítulos concentram-se na apresentação de fenômenos, adotando como critério analítico o que se tornou consensual no debate estabelecido. Já os capítulos 3 e 4, sobre *implicaturas* e *atos de fala*, por tratarem de temas de pesquisa que nasceram de contribuições cujo impacto resultou em programas investigativos de maior unidade, iniciam com uma exposição dos paradigmas inaugurais, com seus postulados ilustrados pelos fenômenos que permitiram identificar com maior nitidez. Depois, seguindo a mesma

estratégia, oferecem à apreciação do leitor paradigmas adicionais que se notabilizaram por aprofundar o debate estabelecido pelas propostas iniciais.

A opção por dar início ao livro com o capítulo “Referência” foi muito feliz. Permite ao leitor um contato inicial com questões fundantes, muitas das quais até hoje desafiadoras para a compreensão dos limites entre a Semântica e a Pragmática. Com essa opção, o livro remete à gênese de muitos dos problemas que acabaram por constituir essas áreas e que permanecem no centro do debate em Linguística. Além disso, o rótulo “Referência” permitiu reunir, em um só capítulo, o conjunto de recursos formais da linguagem que mais facilmente podem ser apreendidos pelo não iniciado como representativos da propriedade de *aboutness*, central na caracterização do objeto *língua* na perspectiva da Semântica e da Pragmática. Com a leitura do primeiro capítulo, portanto, o leitor ingressa no ambiente de discussão das abordagens formais do sentido pela porta principal.

O capítulo “Referência” inicia com uma breve apresentação de três recursos linguísticos de referência a entidades: *nomes próprios*, *descrições definidas singulares* e *pronomes pessoais de terceira pessoa*. Essa apresentação conta com um breve comentário sobre as diferenças desses recursos em relação à dependência de contexto. A seção 1.1 introduz, de modo bastante resumido, o debate Russell-Strawson. Apresentam-se as duas posições: a de Russell, de acordo com a qual *descrições definidas singulares* têm uma natureza quantificacional, contribuindo para a constituição do sentido das sentenças que integram com o que se poderia chamar de asserções camufladas e determinando, com base na forma dessa contribuição, o caminho para a atribuição de um valor de verdade à sentença; e a de Strawson, de acordo com a qual sentenças não possuem valor de verdade, mas sim seus proferimentos, de modo que *descrições definidas singulares* referem apenas quando consideradas em seu uso

efetivo em situações de comunicação. Com essa noção pragmática de referência proposta por Strawson, a seção encerra-se com uma distinção entre *nomes próprios*, *descrições definidas* e *pronomes* por meio de três critérios: dependência contextual, descritibilidade e convencionalidade.

A seção 1.2 aborda a distinção entre *uso* e *menção*, conceitos necessários para a compreensão da diferença entre referência *simpliciter* e referência metalinguística. A seção 1.3 apresenta a distinção entre usos referencias e usos atributivos de *descrições definidas singulares*, identificada pelo filósofo Keith Donnellan no artigo “Reference and Definite Descriptions”, publicado em 1966. A seção 2 divide, em suas subseções (2.1 a 2.4), o que classifica como *categorias referenciais*. Nessas seções, abordam-se recursos destinados a estabelecer referência a pessoa, tempo, lugar e evento. A seção 3, última do capítulo, aborda as *relações referenciais endofóricas* (instanciadas por *anáforas* e *catáforas*) e *exofóricas* (instanciadas por *dêiticos* e *demonstrativos*).

O esforço de agrupar, em um só capítulo, uma lista extensa de fenômenos referenciais tem o mérito de apresentar ao leitor um bloco coerente de recursos linguísticos, dando a ele uma boa visão de conjunto a respeito da função referencial. O capítulo impressiona pela conscientização que promove acerca da variedade de recursos referenciais que as línguas naturais colocam à disposição de seus usuários, resultado importante, principalmente para alunos de graduação (público a que se destina este tipo de obra). Não se pode, no entanto, deixar de registrar que o espaço ocupado para tratar de uma lista tão expressiva de recursos acarretou uma certa redução de espaço para a discussão dos aspectos teóricos associados a cada fenômeno.

Ainda em relação ao primeiro capítulo, vale mencionar uma certa imprecisão terminológica que perpassa a seção 2 (“Categorias referenciais”). No início da seção, afirma-se que “as três principais categorias gramaticais associadas à expressão da referência são **pessoa, lugar e tempo**” (p. 23).

Melhor seria referir-se aos principais recursos gramaticais associados à expressão das (três) noções (pessoa, lugar e tempo), tendo em vista serem três tipos de conteúdo que podem ser expressos pelo uso de diversos recursos gramaticais (e não apenas três). Essa imprecisão reaparece na seção 2.2 (“Tempo”), que começa referindo-se à “categoria gramatical de tempo” para, a seguir, abordar distintas formas de expressar noções relativas a tempo, como o ordenamento de orações coordenadas, as orações subordinadas adverbiais temporais, o tempo verbal e os recursos adverbiais baseados em denominações amparadas em calendário. Não se trata, portanto, de uma categoria gramatical de tempo, mas sim de recursos gramaticais distintos para expressar conteúdos relativos a tempo.

As leituras sugeridas do capítulo são indicações pertinentes, algumas bastante acessíveis para o público ainda não iniciado em Pragmática. A seção de exercícios propõe desafios interessantes para refletir sobre assuntos abordados, mas, tendo em vista a quantidade de recursos apresentados, negligencia boa parte dos fenômenos discutidos no capítulo.

O capítulo “Pressuposição” começa pelos antecedentes históricos do debate sobre *pressuposições* na história recente. Apresenta-se, inicialmente, a reflexão realizada por Frege, que, apesar de não se ter ocupado centralmente com o fenômeno *pressuposicional*, observou que os conteúdos das sentenças não são afetados de modo homogêneo pela operação semântica de negação. Em seguida, apresenta-se a posição de Russell, com sua proposta de uma distinção entre ocorrências primárias e ocorrências secundárias de *descrições definidas*. Para finalizar essa seção, menciona-se a oposição de Strawson a Russell, com sua defesa de que são apenas os enunciados que referem e de que, sendo assim, enunciados do tipo “O rei da França...” pressupõem, na ação verbal realizada pelo falante, o conteúdo acionado pelas *descrições definidas* que abrigam.

A seção 2 do capítulo ocupa-se da distinção entre *acarretamento* e *pressuposição*, indispensável ao estudo do tema. A seção 3 trata de confirmar

a peculiaridade de *pressuposições* em relação a *acarretamentos* com base na apresentação da maior parte dos contextos linguísticos consagrados na literatura como forma de identificar os conteúdos pressupostos: sentenças negativas, interrogativas e condicionais. A seção 4 introduz o conceito de *gatilho pressuposicional* e apresenta em suas subseções (4.1 a 4.8) uma lista significativa de recursos linguísticos desse tipo. Em cada uma dessas subseções, tipos de gatilhos são exemplificados, com a identificação das *pressuposições* a eles associadas. A seção 5 aborda brevemente a questão da *projeção de pressuposições*. A seção 6 trata do que caracteriza como efeitos da *pressuposição*, tendo em vista aspectos discursivos associados ao cancelamento de inferências que evidenciam uma distinção de aceitabilidade entre o cancelamento de conteúdos pressupostos e o cancelamento de conteúdos não pressupostos. A seção 6.1 apresenta o conceito de *acomodação*, fundamental nas abordagens pragmáticas sobre o assunto. A seção 6.2 discorre sobre o cancelamento de *pressuposições*, também essencial para abordagens pragmáticas, tendo em vista ser a cancelabilidade uma propriedade amplamente aceita como característica que distingue inferências pragmáticas de inferências semânticas. A seção 7 encerra o capítulo com um tipo peculiar de *pressuposição*, aquela associada à partícula de foco “só”, chamando a atenção para a dificuldade eventualmente encontrada na caracterização de *pressuposições* com base nos testes conhecidos.

O capítulo sobre *pressuposição* ocupa boa parte de seu espaço com uma oferta generosa de fenômenos (uma lista de 11 tipos de *gatilhos pressuposicionais* apresentados ao longo de dez páginas). Esse investimento revela a onipresença de inferências pressuposicionais na linguagem verbal. Ponto positivo se a intenção (válida para um livro introdutório) for conscientizar o leitor acerca da necessidade de estudar o fenômeno, bem como da complexidade das línguas naturais. Esse investimento contrasta com uma abordagem relativamente breve de questões teóricas relevantes,

como as relativas à *projeção* e à *acomodação de pressuposições*.

A seção 2, destinada a conscientizar o leitor sobre o comportamento distinto de *acarretamentos* e *pressuposições* sob a ação do operador de negação, extrai de suas observações a conclusão de que *pressuposição* é uma condição de uso da frase e não de sua interpretação semântica. Essa forma de explicar a natureza dos *gatilhos* é característica de uma longa e respeitável tradição acadêmica no enfrentamento das questões relativas ao fenômeno *pressuposicional*, que se ampara na noção de *fundo conversacional* (*common ground*) e na defesa da existência de uma associação convencional entre recursos linguísticos (os *gatilhos pressuposicionais*) e conteúdos pragmáticos (as *pressuposições dos falantes*). São ideias que influenciaram gerações de pesquisadores e que caracterizam boa parte das abordagens de índole pragmática, constituindo uma concepção de fundo essencialmente distinta das abordagens semânticas. Seria desejável que essa seção 2, que começa a sugerir uma aproximação de viés pragmático ao fenômeno apresentado, desenvolvesse de modo articulado esse tipo de explicação do fenômeno, com ênfase nos conceitos de *fundo conversacional* e *pressuposição do falante*. A ausência de apresentação desses conceitos tem algum reflexo na exposição da seção 4, destinada a elencar uma longa lista de *gatilhos pressuposicionais*. Na falta do conceito de *fundo conversacional*, muitas das *pressuposições* ali identificadas são apresentadas como *acarretamentos* tanto da sentença afirmativa quanto da negativa, uma forma tipicamente semântica de abordar a questão.

Em relação à seção 3, encarregada de apresentar os contextos linguísticos *canceladores* de *acarretamentos*, mas não de *pressuposições*, vale registrar a ausência das sentenças modais de possibilidade. A seção 4, como se disse, apresenta uma quantidade expressiva de *gatilhos*, demonstrando, com o teste da negação, o que, em cada caso, deve ser considerado conteúdo pressuposto. Aqui, outros testes poderiam ter sido

usados, principalmente em casos como o das orações adjetivas explicativas e o das orações adverbiais temporais, em que o teste da negação acaba por produzir sentenças pouco naturais. O leitor precisa ficar atento a um erro de digitação na seção 4.4, em que as *expressões iterativas* são chamadas de “interativas”.

Depois de ser apresentado aos *gatilhos*, o leitor passa a tomar contato com aspectos essenciais da abordagem pragmática de *pressuposições*, como a *projeção*, na seção 5, o *cancelamento*, na seção 6.2, e a *acomodação*, na seção 6.1 (esta também se ressentindo da falta de uma apresentação prévia do conceito de *fundo conversacional*). A seção 7 acrescenta à discussão um tópico de certa complexidade, a partícula focalizadora “só”, que remete a um ramo extremamente desenvolvido da Pragmática, a Teoria da Informação, cuja compreensão mereceria um livro introdutório à parte. Serve, portanto, para informar o leitor sobre outras possibilidades de especulação, alertando-o, mais uma vez, para a profusão de fenômenos de produção de sentido na linguagem verbal. Ao final, as leituras sugeridas são todas relevantes para quem quer se aprofundar no tema, constituindo um ótimo roteiro de estudos. Por fim, um conjunto de cinco exercícios estimula o leitor a pensar sobre e além do capítulo, deixando, no entanto, de explorar uma série de conteúdos abordados.

O capítulo “Implicaturas” inicia chamando a atenção do leitor para o fato de que enunciados linguísticos veiculam conteúdos por meios convencionais e por meios conversacionais, sendo estes um tema de estudo de abordagens pragmáticas. Como não poderia deixar de ser, apresenta ao leitor o filósofo Herbert Paul Grice, responsável por cunhar o termo *implicatura* (*conversacional* e *convencional*) e por propor a primeira abordagem articulada sobre o tipo de fenômeno assim denominado. A seção 1 é dedicada à apresentação do modelo de análise griceano para as *implicaturas conversacionais*. A seção 1.1 apresenta o *Princípio da Cooperação* e as *máximas conversacionais*. A seção 1.2 encarrega-se

da exemplificação dos tipos de *implicatura*, devidamente ilustrados por exemplos, todos analisados na perspectiva do aparato teórico proposto por Grice. Na seção 1.3, apresenta-se a conhecida classificação das *implicaturas* (incluindo as *convencionais*), bem como as propriedades das *implicaturas conversacionais*: *cancelabilidade*, *não separabilidade*, *não convencionalidade*, *não veiculação pelo dito* e *indeterminação*.

A seção 2 apresenta duas teorias posteriores à proposta de Grice, idealizadas para lidar com os fenômenos identificados pelo filósofo. Na seção 2.1, o leitor toma contato com a Teoria dos Significados Presumidos, proposta por Stephen Levinson no livro *Presumptive meanings* (publicado no ano de 2000), uma das reformulações mais destacadas da abordagem griceana. São apresentados os três princípios interpretativos propostos por Levinson: o *princípio Q* (inspirado na *primeira submáxima de quantidade* de Grice), o *princípio I* (inspirado na *segunda submáxima de quantidade* de Grice), e o *princípio M* (inspirado na *máxima de modo* de Grice). Cada um desses princípios é explicado e ilustrado com exemplos. O caráter automático das inferências abordadas é evidenciado com casos de produção de sentido caracterizados como instâncias de processos conhecidos como *saturação* e *enriquecimento livre*. A abordagem desses fenômenos introduz a discussão do fenômeno que Levinson chama de *intrusão pragmática*, processo pelo qual inferências pragmáticas são acionadas para permitir a interpretação semântica dos enunciados, o que representa uma evidente inversão na ordem de processamento de conteúdos defendida por Grice, para quem é a interpretação semântica que serve de *input* para a interpretação pragmática (e não o contrário).

Na seção 2.2, o leitor é apresentado à Teoria da Relevância (TR), uma abordagem pós-griceana de fundamentação cognitiva que recusa a suposição de existência de um conjunto de máximas decorrentes de uma racionalidade comunicativa em favor da identificação de um princípio cognitivo de relevância, responsável pela ampliação de sentidos

característica de enunciados linguísticos. A seção inicia com a apresentação de dois ingredientes fundamentais da TR: o *Princípio Comunicativo de Relevância* e a *Presunção de Relevância Ótima*. Em seguida, discorre sobre o modo como a teoria entende o processo interpretativo de enunciados linguísticos, apresentando os conceitos de *explicatura*, *premissa implicada* e *conclusão implicada*. Com base nesses conceitos, demonstra como seria o processo proposto pela TR para a interpretação de um enunciado presente em um diálogo curto. Na sequência, a seção concentra-se no esclarecimento do conceito de *explicatura*, ilustrando-o com distintos processos, como a atribuição de referentes a *dêiticos*, o *enriquecimento livre*, a *saturação*, o *ajuste conceitual* e até mesmo o uso de *itens escalares* (considerados, nos paradigmas griceanos, acionadores de *implicaturas* decorrentes da ação da *máxima da quantidade*). Com isso, aponta para distinções importantes entre a TR e as teorias neogriceanas no que se diz respeito ao entendimento do papel e da constituição dos níveis semântico e pragmático de interpretação.

O capítulo sobre *implicaturas*, diferentemente dos capítulos anteriores, aborda um tema que, em função da amplitude do paradigma proposto por Grice, deu origem a um programa investigativo, e não apenas a esforços teóricos dispersos. A teoria das *implicaturas* de Grice, pela surpreendente consistência e unidade analítica ante uma multiplicidade de fenômenos (Grice, juntamente com Austin, é um dos grandes responsáveis pela percepção da Pragmática como um campo unificado de investigação), logrou reunir esforços de pesquisa em torno de um conjunto central de princípios que, mesmo admitindo adendos e correções, definiram um modo de pensar característico no interior do empreendimento pragmático.

Essa tradição de grandes modelos para lidar com *implicaturas* oportuniza, num livro introdutório, uma apresentação mais equilibrada entre fenômenos e análises, já que o foco passa a ser esses grandes modelos constituídos, com os fenômenos servindo de ilustração dos

esquemas explanatórios por eles elaborados. Atento a isso, o capítulo 3 acerta no percurso escolhido, apresentando inicialmente a teoria de Grice, o responsável pelo longo, denso e sempre atual debate sobre inferências conversacionais, e, subseqüentemente, duas das mais prestigiadas teorias dedicadas ao mesmo tipo de inferência: a Teoria dos Significados Presumidos, de Levinson, e a Teoria da Relevância, de Sperber e Wilson. Esse é um percurso capaz de munir o leitor interessado em conhecer o básico com o essencial, e o leitor interessado em seguir estudando Pragmática com o fundamental.

É preciso alertar o leitor, no entanto, para algumas poucas imprecisões com o potencial de gerar alguma incompreensão. Logo após a apresentação das máximas de Grice, afirma-se que o falante tem dois caminhos: seguir as máximas ou afastar-se delas. Aqui há uma simplificação em relação às ideias de Grice, porque o filósofo reconheceu quatro formas de se afastar das máximas, uma das quais associada ao abandono do princípio da cooperação. É a essa forma de abandono das máximas acompanhada da recusa em cooperar que o texto remete quando usa como exemplo a situação de um suspeito de um crime que opta por se calar em um interrogatório. Nada de errado em referir-se a esse tipo de situação, já que ela ilustra uma das possibilidades previstas por Grice. O problema é que, logo em seguida, a seção 1.2 parece equiparar esse exemplo a casos em que ocorrem *abusos* ou *explorações* (o termo em inglês usado por Grice é *exploitation*). Os casos de *abuso*, que Grice associou a metáforas, ironias e hipérboles, são uma outra forma de afastar-se das máximas. Há casos ainda em que o falante desrespeita uma máxima a fim de garantir o respeito a outra (normalmente à máxima da qualidade). É o que parece ocorrer na produção de *implicaturas de quantidade escalares*, como as associadas ao uso do quantificador “algum” (e de suas variantes de gênero e número), que o livro apresenta, de modo discutível, como casos de respeito à máxima da quantidade.

A seção que aborda a Teoria da Relevância, em função da limitação de espaço em uma obra introdutória, acaba por negligenciar aspectos importantes para a compreensão de um paradigma que, embora inspirado no debate inaugurado por Grice, representa uma mudança substancial no modo de explicar e descrever a produção de sentidos pragmáticos. Diferentemente dos modelos de análise anteriormente apresentados, que se submetem a “fatiamentos” didáticos (como a associação de fenômenos a máximas com contornos bem delimitados), a Teoria da Relevância, por propor um modelo baseado em um princípio cognitivo de natureza geral, articula-se por meio de conceitos que estabelecem entre si um compromisso solidário na construção de um paradigma teórico com valor explanatório. Sem a apresentação de conceitos como *ambiente cognitivo mútuo*, *força e acessibilidade de suposições*, *implicações contextuais* e da dicotomia efeito/esforço, a exposição do *Princípio Comunicativo da Relevância* e da *Presunção de Relevância Ótima*, tal como se observa no livro, pouco informa sobre o modo como a TR entende a produção de sentido pragmático. Já o conceito de *explicatura*, uma novidade introduzida pela TR, pelo que se lê em algumas passagens, pode resultar indevidamente associado àquilo que, em outras abordagens, é tomado como o conteúdo semântico das sentenças proferidas.

A seção de leituras sugeridas dá indicações de valor para o interessado em aprofundar o conhecimento sobre *implicaturas*. A seção de exercícios apresenta desafios ao leitor que o fazem refletir sobre grande parte dos assuntos discutidos no capítulo, constituindo um útil material de apoio.

O capítulo “Atos de Fala” segue um percurso muito interessante, começando pelas ideias de Austin, responsável pela primeira abordagem sistemática do tema e, com isso, por uma mudança de perspectiva radical em relação à compreensão da linguagem verbal no campo filosófico. Em seguida, apresenta as ideias de outra referência na discussão dos *atos de*

fala, o filósofo John Searle, que oferece uma perspectiva própria sobre o tema, propondo categorizações distintas das propostas por Austin e aprofundando a discussão sobre os fundamentos para as distinções defendidas. O capítulo termina com a apresentação da Teoria da Polidez, uma vertente de estudos em Pragmática que assume uma interface social, na perspectiva de compreender a relação entre recursos linguísticos e determinações pragmáticas de ordem interacional.

A seção 1 do capítulo apresenta as ideias de Austin. Começa pela exploração intuitiva do modo distinto de interpretar enunciados descritivos e não descritivos e da dificuldade que enunciados não descritivos colocam para as abordagens centradas na avaliação das condições de verdade das sentenças proferidas. Com base nessa dificuldade, introduz a importante distinção (estabelecida por Austin em *Quando dizer é Fazer*, mas relativizada por ele mesmo na obra, como se esclarece ao longo do texto) entre *enunciados constataativos* e *enunciados performativos*. Com base nos *enunciados performativos* usados como exemplo, introduz a distinção entre *enunciados performativos explícitos* e *enunciados performativos implícitos*. Após essa distinção formal, passa à apreciação do que se poderia chamar de núcleo da Teoria dos Atos de Fala: as *condições de felicidade* dos enunciados. Concentrando-se nas condições A e C, o texto tece considerações sobre casos em que as *condições de felicidade* não são satisfeitas, distinguindo os casos de falha dos casos de abuso. Em seguida, aborda os conceitos de *ato locucionário*, *ato ilocucionário* e *ato perlocucionário*. A seção sobre Austin finaliza com a classificação dos tipos de *atos de fala* proposta pelo filósofo: *veritativos*, *exercitivos*, *comissivos*, *comportamentais* e *expositivos*.

A seção 2 do capítulo concentra-se nas ideias de Searle. Inicialmente, apresenta, com exemplos, sua classificação (distinta da defendida por Austin) dos tipos de *atos de fala*: *assertivos*, *diretivos*, *expressivos*, *comissivos* e *declarativos*. Parte dessa classificação para abordar algumas

das contribuições mais relevantes do filósofo para o estudo do tema, como a *direção do encaixe do ato* e os sete componentes da força ilocucionária. A identificação desses sete componentes permite a compreensão do ponto seguinte: as *condições de felicidade dos atos de fala*, que Searle divide em quatro categorias. A seção 2.2 aborda os problemas associados às possíveis explicações sobre o modo como se estabelece a *força ilocucionária* de um proferimento, chamando a atenção para multiplicidade de atos associados a determinados recursos gramaticais (como o imperativo, que pode servir para a expressão de ordens, pedidos, convites, conselhos, instruções, permissões, entre outros) e para o papel do reconhecimento de intenções na determinação do ato pretendido. A seção 2.3 trata do que Searle denomina *atos de fala indiretos*. Nessa seção, são abordadas duas possibilidades. A primeira possibilidade é a utilização de recurso formal normalmente associado a determinados tipos de ato para a realização de ato de fala realizado usualmente por outros recursos. Um dos exemplos é o ato de pedir realizado pelo enunciado “Você poderia me alcançar o sal?”, na forma interrogativa, usualmente associada ao proferimento de questões. A segunda possibilidade é a realização de *atos de fala* não literais (como o uso do enunciado “Como está calor aqui!” para pedir que abram a janela), em que, além da consideração do significado composicional da sentença, é necessário realizar inferências pragmáticas de um modo que sugere uma análise nos moldes daquela proposta para as *implicaturas conversacionais*.

A seção 3 do capítulo, que trata da Teoria da Polidez, inicia-se pela apresentação do conceito de *face*, estabelecido pelo antropólogo Ervin Goffman, essencial para esse tipo de abordagem, e por uma definição inicial de *polidez linguística*. A seção 3.1 explora o conceito de *preservação da face*, apresentando os conceitos de *face positiva*, *face negativa* e *ato de ameaça à face*, que pode ser realizado de forma aberta ou encoberta. Em relação à forma aberta, refere às possibilidades de inexistência ou de existência de ação reparadora, esta última podendo, de acordo com a

classificação assumida, realizar-se por estratégias de *polidez positiva* ou de *polidez negativa*. A partir daí, aborda os fatores sociais que interferem no grau de ameaça à face: distância social entre falante e ouvinte, poder relativo do ouvinte sobre o falante e grau de imposição relativo na cultura. Em seguida, menciona a importância de considerar os recursos que as línguas colocam à disposição para a implementação de estratégias de *preservação da face*, ilustrados, na sequência, em subseções destinadas a apresentar quatro tipos de atos: abertos sem ação reparadora, abertos com ação reparadora explorando a *polidez positiva*, abertos com ação reparadora explorando a *polidez negativa*, e encobertos. O capítulo termina com uma seção sobre impolidez, esclarecendo que, além de atos polidos, também é possível encontrar atos deliberadamente impolidos nas manifestações dos falantes. Essa seção refere casos interessantes de manifestações leves de impolidez como forma de demonstrar intimidade. Por fim, menciona algumas estratégias possíveis de impolidez.

O capítulo reúne o que há de essencial de uma Pragmática que se ocupa de fenômenos cuja compreensão depende, em grande medida, de uma reflexão sobre as relações entre linguagem e determinações de ordem social e prática. Cada paradigma presente no capítulo conta com a apresentação de seus conceitos essenciais, dando ao leitor uma ideia adequada de seu potencial descritivo e explanatório. Alguns pontos, no entanto, poderiam ter sido mais explorados, como a relação entre a condição C(i) das *condições de sinceridade*, a efetiva concretização de *atos perlocucionários* objetivamente verificáveis (como a constatação da aceitação de um pedido de desculpas) e a felicidade (melhor seria dizer o sucesso) de *atos ilocucionários*, aspecto sobre o qual passagens distintas do capítulo sugerem entendimentos diversos. A seção sobre polidez, teoria que parte dos conceitos fundamentais de *face positiva* e *face negativa*, poderia reservar maior espaço para a explicitação desses conceitos, bem

como de sua relação com a *polidez positiva* e a *polidez negativa*. A seção de leituras sugeridas conta com recomendações relevantes para quem deseja aprofundar seus conhecimentos sobre *atos de fala* e *polidez*. A seção final, com cinco exercícios, explora aspectos distintos e bastante interessantes das teorias apresentadas.

Coleções como “Para conhecer” pressupõem obras com farta exposição de fenômenos a serviço da introdução didática a sistemas de análise consagrados. O livro *Para conhecer Pragmática* alcança esse ideal percorrendo pacientemente uma extensa lista de temas relevantes e apresentando coerentemente os recursos analíticos característicos da área. Como obra de apoio ao ensino, permitirá ao aluno uma imersão inicial suficientemente rica e articulada, que permita trilhar com a confiança necessária o terreno fértil e desafiador das abstrações características da área. Trata-se, portanto, de auxílio inestimável para os professores de Pragmática, carentes, até então, de uma obra como esta, essencial para a discussão em aula sobre fenômenos pragmáticos e suas formas de análise.

Referências

DONNELLAN, K. S. Reference and Definite Descriptions. *The Philosophical Review*, Duham, vol. 75, n. 3, p.281-304, 1966.

LEVINSON, S. C. *Presumptive Meanings: The Theory of Generalized Conversational Implicature* Language, Speech, and Communication. Cambridge: MIT Press, 2000.

PAGANI, L. A.; SOUZA, L. M. de. *Para conhecer Pragmática*. São Paulo: Editora Contexto, 2022.

Recebido em: 15/06/2022

Aceito em: 22/06/2022